



Quanto vale o Vale: as dinâmicas urbanas da reforma do Vale do Anhangabaú frente à prática do skate de rua

How much is worth the Vale: the urban dynamics of reformation of the Vale do Anhangabaú in face of the practice of street skating

José Vitor Carignato David¹

Resumo: O Vale do Anhangabaú, espaço histórico do centro de São Paulo, passou por uma reforma recentemente, iniciada em 2019 e finalizada em 2021. Uma intervenção urbana que gerou muitas polêmicas. Discutiu-se a real necessidade de tal intervenção, orçada em cerca de 100 milhões de reais, numa São Paulo cada vez mais segregada e desigual. Dentro deste contexto urbano, um grupo que ocupa o Vale do Anhangabaú por mais de 30 anos se levantou contra a destruição de um espaço tão caro à eles: os skatistas de rua. Neste trabalho, se faz um panorama geral e análise da ocupação skatista no Vale do Anhangabaú e um balanço do movimento organizado por eles, o “Salve o Vale”, que acarretou em mudanças no projeto de reforma. Análise feita trazendo importantes autores do debate urbano, como David Harvey, Henri Lefebvre, Jane Jacobs, Heitor Frúgoli Jr, entre outros.

Palavras chave: Vale do Anhangabaú; Skate; David Harvey; Empresariamento urbano; Direito à cidade.

Abstract: The Vale do Anhangabaú, historic space of downtown São Paulo, Brazil, has passed by one reformulation recently, started in 2019 and finished in 2021. This urban intervention started a lot of controversies. It caused the discussion of the real necessity of such intervention, budgeted at approximately 100 million reais (R\$100,000,000.00), in a city more and more segregated and unequal. Inside this urban context, a group that occupy this space for more than 30 years raised up against the destruction of this space so loved by them: the street skaters. In this work, we build a panorama and an analysis of the street skaters occupation in Vale do Anhangabaú and a balance of the movement organized by them, “Salve o Vale” (“Save the Vale”), that modified the original reformulation project. Such analysis is done with important urban authors, such as David Harvey, Henri Lefebvre, Jane Jacobs, Heitor Frúgoli Jr., and others.

Keywords: Vale do Anhangabaú; Skateboarding; David Harvey, Urban Entrepreneurialism; Right to the City.

¹ Bacharel e Licenciado em História pela Universidade de São Paulo (USP), Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS/UNIMONTES). Pesquisador vinculado ao Cidadino Núcleo Interdisciplinar de Temáticas Urbanas (UNIMONTES). Núcleo de Estudos do Futebol e do Torcer (UNIMONTES). Bolsita CAPES. E-mail: <jcarignatodavid@gmail.com>.



Introdução

Cidades, pólos do encontro, da diversidade, da espontaneidade, da vida e do espaço comum. Lugar de exercício direto da democracia. Local, também, da reprodução material, do trabalho, do enriquecimento e da especulação. Não nos esqueçamos, lugar de diversão, de rolês e de cultura(s). Resumindo: as cidades são compostas por vários mundos, que dialogam ora de maneira convergente, ora de maneira discordante. São locais de eterna experimentação, nunca verdadeiramente acabados, onde o imperativo é a mudança e acontecimentos inéditos. É o caos minuciosamente organizado. Como nos descreveria a arquiteta e urbanista Jane Jacobs, grande defensora das cidades espontâneas, “Sob a aparente desordem da cidade tradicional, existe, nos lugares em que ela funciona a contento, uma ordem surpreendente que garante a manutenção da segurança e a liberdade. É uma ordem complexa” (JACOBS, 1961). Jacobs também faz uma analogia interessantíssima com o funcionamento das cidades: este seria uma forma de dança, um balé onde cada indivíduo cumpria a sua função para a realização de um todo maior e ordenado. “O balé da boa calçada urbana nunca se repete em outro lugar, e em qualquer lugar está sempre repleto de novas improvisações”(JACOBS, 1961).

É dentro deste universo citadino complexo, inacabado e cheio de disputas que este trabalho está inserido. Trataremos, mais especificamente, de um local inserido numa grande cidade. Discutiremos o Vale do Anhangabaú, um espaço público de grandes dimensões (aproximadamente 43 mil metros quadrados) inserido no coração do centro antigo de São Paulo. Local que pode ser caracterizado como um espaço público de convivência e também de passagem. O local passou por diversas mudanças e repaginações durante sua história, sendo a mais recente delas iniciada em 2019 e finalizada em 2021. Tal obra realizada pela prefeitura do município e entregue à uma gestão da iniciativa privada, custou por volta de 100 milhões de reais e gerou várias polêmicas. Se discutiu a real necessidade da reforma no momento em que vivemos, além da falta de participação popular na tomada de decisões sobre uma área de grande importância para várias populações urbanas. Não se considerou os usos que o local tinha, numa tentativa de ordenar o Vale de maneira que não dialogava com usos já consolidados. Nisto, os frequentadores históricos do local não foram considerados, como as pessoas em marginalidade social, comerciantes ambulantes, sem-tetos, e os skatistas de rua. Estes últimos utilizaram o mobiliário urbano do Vale por três décadas para a prática do skate

e como local de convivência e expressão de sua cultura e serão objeto de análise deste ensaio, juntamente com o Vale do Anhangabaú.

Por que os skatistas? Os que não estão familiarizados com a prática podem se perguntar. Como dito acima, os skatistas ocuparam o Vale por 30 anos e ainda ocupam. A ocupação foi iniciada no final dos anos 1980, quando o local passava por outra repaginação. O projeto que se instaurava era um projeto assinado pela arquiteta e urbanista Rosa Kliass e fora vencedor de um concurso público aberto pela prefeitura de São Paulo. O que se pretendia com o projeto era tornar o Anhangabaú um local para as pessoas e não mais para os automóveis, pois o Vale tinha se tornado uma via expressa nos anos 1940 e permanecido desta forma por mais de 40 anos. O Vale de Kliass contava com “ilhas” de mármore, pensadas para serem arquibancadas e local de convivência para as pessoas. Os skatistas viram grande potencial nestas arquibancadas e começaram a utilizá-las como plataforma de suas manobras. O local foi se tornando um “pico” (como dizem os skatistas) icônico, um ponto de encontro de skatistas de São Paulo e do Brasil, onde foi se desenvolvendo uma afetividade e carinho pelo local e pela cultura que ali era criada, recriada e vivida.

Desta forma, quando o Vale começou a ser destruído em 2019 sem a consulta dos mesmos, skatistas profissionais e amadores organizaram o movimento "Salve o Vale", pedindo que o Vale que tanto amavam fosse preservado. Na impossibilidade de parar esta repaginação, negociaram um memorial ao antigo Vale onde se pode andar de skate. Os pormenores desta operação serão discutidos mais à frente neste trabalho, em articulação com a conjuntura e ideologias que levaram a “revitalização” (termo oficial da prefeitura) do Vale do Anhangabaú. Feita esta breve contextualização dos objetos em questão neste ensaio, partimos então para as discussões de fato. Começemos por historicizar o Vale e a relação deste com os skatistas.

Se lembra? O Vale...

O Vale do Anhangabaú é um local emblemático para a cidade de São Paulo. Carrega este nome pois antes da urbanização, o lugar era uma enorme várzea onde passava um ribeirão, nomeado pelos povos nativos de Anhangabaú, que em tupi significa “água venenosa”. Como o nome sugere, os nativos acreditavam que este rio era amaldiçoado e causador de doenças. Hoje, não avistamos mais este rio pois ele foi canalizado. Então, apesar

de não o vermos, ele ainda está presente, correndo sob nossos pés e sob camadas de concreto. A fama de lugar maldito é carregada e divulgada até hoje por quem frequenta ou frequentou o Vale. Alguns falam até que era um cemitério indígena e que isso influencia a sua energia sombria.

O historiador Leonardo Brandão periodiza o Vale em três momentos após o início da colonização de São Paulo. Num primeiro momento, do século XVIII até meados do século XX, o Vale foi um local de chácaras, propriedades do Barão de Itapetininga, onde se plantava muito chá, mas também agrião e café. Após negociações com a prefeitura, o Barão cedeu parte de suas terras ao poder público. Um marco que pode ser posto como um indicador de mudanças é a inauguração do Viaduto do Chá (nome dado exatamente em razão do local ser uma grande plantação de chá) em 1892, seguido pelo viaduto Santa Efigênia em 1913 (BRANDÃO *apud* ROMÃO. 2020). O centro começava a se urbanizar pela crescente importância que São Paulo assumia na conjuntura econômica nacional, dado a fatores ligados ao trinômio café-industrialização-imigração (SEVCENKO, 1992). Esta primeira fase se encerra então com São Paulo já urbanizada, já caracterizada como cidade da indústria, da máquina e do tempo acelerado da produção material capitalista. O Anhangabaú nesse contexto vira uma avenida para automóveis nos anos 40.

Nesta segunda fase, o Anhangabaú como local de circulação de automóveis, é tratado por Brandão como um hiato, que se encerra nos anos 80 com uma repaginação do espaço. Não que os locais de circulação não sejam importantes para as cidades, mas o foco deste trabalho é o Anhangabaú como local de permanência. O hiato é encerrado, portanto, no início dos anos 1980, com a prefeitura de São Paulo abrindo um concurso público para que o Vale pudesse ser retomado pelas pessoas. Os vencedores foram os urbanistas Jorge Wilhelm e Rosa Kliass, que propuseram o Vale como um grande boulevard de pedras portuguesas com arquibancadas de mármore. Esta feição do Vale, segundo Brandão, inaugura o espaço como local de atividades de lazer. Um parque urbano (BRANDÃO *apud* ROMÃO. 2020). Justamente a que foi utilizada por skatistas de rua por 30 anos e que lutaram com unhas e dentes para salvá-la. Mas o que exatamente fez os skatistas de rua tão próximos ao Vale do Anhangabaú?

O skate no Vale do Anhangabaú: memórias, vivências e resistências

Nesta seção deste ensaio, farei um esforço em demonstrar a importância do Vale do Anhangabaú para os skatistas de rua. Para tal, utilizarei, principalmente, relatos e textos do livro Vale TXT (2020). Tal obra foi um esforço do skatista profissional Murilo Romão - pessoa fundamental no movimento Salve o Vale, que será debatido futuramente - em reunir depoimentos, textos e entrevistas de diversas pessoas que estavam ligadas à cultura do skate no Vale do Anhangabaú. A obra foi lançada no final de 2020, quando nem Memorial do Vale nem a obra como um todo tinham sido entregues ao público. Portanto, o tom do livro é dúbio: é ao mesmo tempo uma celebração do movimento Salve o Vale, já que era certa a construção do memorial, mas é também, e principalmente, uma despedida ao Vale antigo, o Vale de Rosa Kliass que tanto amavam e utilizaram. Há também um pesar e incerteza sobre como será o memorial, sobre o que ele representará à cultura do skate desenvolvida no Vale.

Na obra mencionada, Vale TXT, há 7 seções denominadas “Memórias”. Estas reúnem os relatos diretos das pessoas. Nestas memórias não faltam referências a importância do Vale e ao seu caráter democrático, de união de pessoas de diferentes partes da cidade, oriundos de diversas classes sociais. Giancarlo Nacarato, skatista profissional descreve o local como um “cartão postal do skate em São Paulo” (ROMÃO, 2020, p.32,). Heitor Valente usa a expressão “templo sagrado do skate” (ROMÃO, 2020, p.52). Já o entrevistado Jorge Simas, nos dá também uma descrição que envolve a dimensão urbanística, espacial, social e geográfica do Vale. Diz em seu relato:

O Vale do Anhangabaú se transformou no epicentro da cultura do skate no Brasil, seja pela arquitetura, seja pelo fácil acesso à maioria dos paulistanos, sem falar da diversidade de pessoas e ideias que circulavam por ali. Além de skatistas de todo tipo de procedência socioeconômica, conheci músicos, poetas, professores, policiais, enfermeiros, engenheiros, filósofos, fotógrafos, vídeo makers e artistas em formação com quem até hoje mantenho meu respeito e consideração. (ROMÃO, 2020, p.89).

Simas ainda finaliza dizendo que o Vale do Anhangabaú é o “lugar mais importante do skate brasileiro de rua” (ROMÃO, 2020, p.90). O relato de Simas é interessante, pois capta um elemento importantíssimo da cultura do skate de rua: andar de skate na rua não é só andar de skate, no sentido estrito do termo. Manobras são só uma das facetas da prática. Os skatistas de rua estavam muitas vezes mais interessados nas vivências e contatos que aconteciam no Vale do que as manobras, as “tricks”. Isto é algo que difere o skate de rua da prática do skate

em pistas e locais específicos para a prática. Brandão, historiador já citado neste trabalho, também é um estudioso da prática do skate. Em seu livro “Para além do esporte: uma história do skate no Brasil” (2014), Esse autor trata, entre muitos outros assuntos, da dicotomia entre o skate esportivo, voltado aos campeonatos, às plateias e ao espetáculo, e o skate de rua, mais que um esporte, uma filosofia, onde não há quem vencer além dos próprios limites do corpo.

Brandão traça a história do skate no Brasil e o seu enquadramento inicial como um “esporte radical”, com regras, competições e manobras que podem ser julgadas como melhores ou piores; para logo mais o skate ser levado para as ruas e esta lógica esportiva parar de fazer sentido e ser contestada pelos praticantes do ainda incipiente *street skate* (BRANDÃO, 2014). Importante ressaltar que uma lógica não exclui nem exclui a outra. Na atualidade ambas ainda estão presentes e dialogam entre si a todo momento, de forma que muitos skatistas transitam entre as duas lógicas. Porém, os skatistas de rua costumam criticar quem anda somente em pista, os denominados pejorativamente de “pistoleiros”. Machado, antropólogo que também se debruça na prática do skate nos diz:

Andar nelas [nas pistas] é importante para os skatistas da modalidade *street skate*. Porém, o que se critica são aqueles que se prendem unicamente a elas, sem circular por outras pistas ou equipamentos urbanos da cidade e, conseqüentemente, sem estabelecer novas relações (MACHADO, 2014).

Estes relatos e trechos reforçam o ponto trazido anteriormente no texto: o Anhangabaú não era apenas um local de manobras para os skatistas: era um local de convivência e aprendizado. Era um “pico de rua”, com todas as implicações que estar na rua traz. Trazendo Machado, novamente:

De certa forma, a possibilidade do encontro inesperado e da conquista de um *pico* é um dos grandes atrativos da prática do skate nas ruas, o que constitui um diferencial em relação às pistas, já que nelas os aspectos apresentados não constituem algo a ser superado. Nos *picos*, por mais que um skatista realize uma mesma manobra, o cenário com o qual ele interage será diferente. Portanto, as sensações experimentadas nas ruas são diversas (MACHADO, 2014).

Outro ponto a se destacar sobre a importância do Vale do Anhangabaú é a sua centralidade. Além do mobiliário urbano para a prática do skate, a região está perto de estações de metrô e terminais de ônibus, o que facilita o acesso ao local por grande parte da população.

Referenciando às ideias do autor Isaac Joseph, usado por Sierra e Mesquita (2009), podemos definir o Anhangabaú de Kliass como um espaço público urbano. Este é marcado

como “um espaço de excesso de sociabilidade, que compreende processos de socialização-dessocialização, mobilidade, mobilização e instabilidade de indivíduos e grupos” (SIERRA, MESQUITA. 2009). Ou seja, é um local de multiplicidade de usos.

Contudo, o uso que o skatista de rua faz dos locais que circula pode ser considerado um uso peculiar. Isto porque o skate de rua se orgulha em fazer uso daquilo que não foi pensado para se andar de skate. Pode parecer, à primeira vista, uma postura paradoxal, mas ela é embutida de significados. O skate não é exclusivo nesta subversão de usos. Práticas como o pixo, por exemplo, também trabalham nesta lógica. Contudo, como nosso foco neste ensaio é o skate de rua, privilegiamos o skate neste debate.

Trago aqui, mais uma vez Machado, desta vez, um trecho de seu texto publicado no já mencionado Vale TXT, de Murilo Romão.

O olhar dos skatistas preza pelas condições materiais da paisagem urbana. É por meio de suas características tangíveis, de suas tessituras, de suas asperezas que os praticantes avaliam as possibilidades de se apropriar corporalmente daquilo que já existe, subvertendo, pois, os seus usos esperados. Seja grande ou pequeno, curto ou extenso, liso ou rugoso, de mármore, granito, cimento, metal, aço, madeira ou plástico, os skatistas fundem a dimensão física da cidade às suas técnicas corporais mediadas, como diria o sábio Klaus Bohms, pela utilização de uma ferramenta de interpretar espaços: o skate (MACHADO *apud* ROMÃO, 2020).

Através desta subversão que os skatistas de rua fazem dos espaços que frequentam, através da “ferramenta de interpretar espaços”, podemos fazer algumas reflexões e aproximações com autores clássicos dos estudos urbanos. Primeiramente, faço uma reflexão com o francês Henri Lefebvre e o seu livro “O direito à cidade” (1968). Nesta obra, Lefebvre nos informa do que, na sua concepção, chama de uma morte da cidade. Mas morte em que sentido, já que as cidades estão cada vez maiores e cada vez mais vivas, tanto nos países do centro do capitalismo como nos periféricos? Para entendermos isso, é preciso entender a lógica que Lefebvre trabalha ao tecer esta crítica.

O autor, que tem um forte viés no pensamento marxista, separa o que acontece na cidade em duas partes. A primeira delas estaria ligada ao valor de troca. Estariam aí tudo que ocorre na cidade para a reprodução material capitalista. Empregos, empresas, locomoções, estruturas mentais. Em suma: as lógicas ligadas ao trabalho e tudo o que existe para que isto seja sustentado. A segunda, então, estaria ligada ao valor de uso. Nesta divisão estariam os acontecimentos ligados à fruição da cidade, ao divertimento, ao ócio, à festa. Ao se referir a esta morte da cidade, Lefebvre se referência a tomada da dimensão do valor de troca da

cidade e a supressão do valor de uso, de forma que a cidade historicamente havia se tornado um grande empresa capitalista, uma estrutura que fomenta e serve de base à acumulação de capital, deixando relegado à um segundo plano toda a potencialidade lúdica e cultural que ela carrega (LEFEBVRE, 1968).

O livro “O direito à cidade” (1968) - termo que ganhou notoriedade no Brasil pós jornadas de junho, em 2013 - viria como uma defesa desta cidade lúdica e, em certos sentidos, utópica, que privilegiasse as pessoas e suas experiências ao invés de ser um local exclusivo dos negócios e do trabalho, onde as áreas de extensa sociabilidade não sofressem repressões e os contatos entre as classes fosse estimulado e não freado. Onde a cidade seja obra de seus cidadãos e não um produto a ser consumido passivamente, um local onde se possa perder tempo e descobrir novos espaços, pois como diria a bela frase do geógrafo italiano Francesco Careri, “Quem perde tempo, ganha espaço” (CARERI, 2013). Logo, quem ganha tempo, perde espaço. Pois, afinal, “tempo é dinheiro”, como na clássica citação de Benjamin Franklin que expressa esse espírito empreendedor capitalista que vem aprisionando a cidade e seus cidadãos às lógicas laborais.

As críticas de Lefebvre dialogam também com um importante pensador da modernidade e da urbanização, o inglês David Harvey em seu artigo “Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio” (1989). Para o autor, no início dos anos 70 teria ocorrido uma mudança no trato com as cidades do centro do capitalismo e que foi se expandindo para os países periféricos. Teríamos mudado de um modelo gerencial para um modelo empresarial. O que significou que a administração pública foi abrindo cada vez mais espaço para a iniciativa privada. Políticas públicas, como moradia para todos e o emprego pleno, foram sendo relegadas ao setor privado por meio de atração de investimentos e incentivos fiscais. Há um consenso na bibliografia que isso aconteceu devido às dificuldades econômicas que atingiram o capitalismo desde a recessão de 1973 e também por uma crescente onda neoconservadora (HARVEY, 1989).

O empresariamento das cidades teria três características. A primeira delas seriam as “parcerias público-privado”, onde o setor privado e o setor público se alinham para a realização de projetos com o intuito de beneficiar ambos, mas que vêm se mostrando, na prática, muito assimétricos, com benefícios muito maiores para o setor privado. A segunda característica seria que estas parcerias são de ordem especulativa, logo, de alto risco. Se fazem projetos pensando na possibilidade de altos retornos financeiros, mas que nem sempre se

concretizam. A terceira característica seria a atenção muito mais local do que do território. Claro que ambas as dimensões dialogam, mas a preocupação local não garante melhorias para a cidade ou territorialidades maiores (HARVEY, 1989). Todas estas características estão presentes no projeto do novo Anhangabaú e serão dialogadas mais à frente.

Faço aqui uma aproximação entre estes dois autores, Lefebvre e Harvey. Articulando os argumentos de ambos, uma pergunta nos ocorre: a morte das cidades, sendo isso a preponderância do valor de troca ao valor de uso nos ambientes urbanos, não está relacionado diretamente com o empresariamento das cidades? Ao relegar nossas cidades ao poder privado, não estaríamos deixando, como sociedade, que a lógica do trabalho se infle a níveis insuportáveis? E ao fazer isso, não corremos o risco de perder os nossos espaços públicos destinados à convivência e ao ócio? Nos argumentos de Harvey, a cidade não estaria virando apenas uma mercadoria, onde apenas os com condições materiais favoráveis podem usufruir da mesma? (HARVEY, 1989). Ao confrontarmos estas perguntas frente à revitalização do Anhangabaú, creio que teremos traçado caminhos para responder estas perguntas.

Retomo a argumentação, após este parêntese, para a prática do skate de rua. Tínhamos dito que o skatista faz um uso peculiar do espaço urbano que está inserido, pois ele subverte o uso padrão, o uso “original”, e tira disso uma certa vitória. Mas uma vitória contra quem? Primeiramente, como argumentam Machado (2014) e Brandão (2014), contra o seu próprio corpo e os limites a ele impostos. E, em segundo lugar, contra a cidade do valor de troca, contra a cidade empresariada, contra a cidade dos negócios, que como a própria etimologia da palavra negócio sugere, nega as formas de ócio, de festa e de divertimento. É uma vitória contra a cidade que massifica pelo trabalho, pois nas suas andanças pelas ruas, fazendo o que não foi planejado, esperado, os skatistas fogem das lógicas do biopoder, para usar o termo de Foucault, e singularizam seu cotidiano e mostram aos urbanistas que não há como planificar o uso dos espaços urbanos; mostram que há múltiplas maneiras de utilizar um espaço (BRANDÃO, 2014).

Dentro desta lógica, podemos ver os skatistas de rua como representantes de uma resistência da cidade do valor de uso. Peguemos o caso do Vale do Anhangabaú: num local no meio do maior cidade da América Latina, local de negócios, da especulação imobiliário e do tempo acelerado da acumulação do capital, há um refúgio lúdico, onde pessoas “perdem tempo” convivendo com pessoas diversas e brincando numa peça de madeira com eixos e rodinhas. É algo ideológico e talvez, assim como a cidade que Lefbvre defende em “O direito

à cidade” (1968), utópica, mas que se resigna em aceitar a lógica dos poderosos e do capital. Mostram que outras vivências dentro da cidade são possíveis.

Após a exposição das ideias de importantes autores urbanos e a tentativa de aproximar seus estudos com a prática do skate de rua, abro mais um parêntese para tratar de outro autor, o francês Michel Foucault. Primeiramente, quero trabalhar a sua noção de biopoder, já citada acima. O biopoder seria um mecanismo de coerção e de controle vigente desde o século XVII, que busca padronizar os corpos e os comportamentos de modo a produzir pessoas economicamente ativas (BERTOLINI, 2018). Seria uma forma de controle sutil, já que não se constitui uma política oficial de Estado ou algo muito explícito, mas por isso mesmo muito poderosa, pois os próprios indivíduos querem se adequar ao biopoder (FOUCAULT, 2008). Hoje, podemos enxergar o biopoder nas imposições da cidade trazidas pelos outros autores aqui já citados, Harvey e Lefebvre, pois a cidade do valor de troca juntamente com as imposições da cidade empresarial carregam traços de controle sobre os corpos e como devem agir: em direção a reprodução material a ao trabalho capitalista.

Os skatistas de rua poderiam ser vistos como resistência também pela lógica do biopoder, não enquadrando seus corpos às manipulações do mercado, utilizando os espaços de maneira divergente às lógicas de enquadramento e padronização. Esta resistência também pode ser entendida através de outro conceito de Foucault, através do conceito das “heterotopias”. As heterotopias seriam espaços e saberes outros, que não estão dados, que são discordantes do status quo, logo, discordantes do biopoder. São práticas que não são incentivadas, como muito pelo contrário, são desestimuladas. São saberes de insurreição, saberes rebeldes. Saberes que muitas vezes se sobrepõe um ao outro. A harmonia da cidade viria na compreensão que os espaços são heterotópicos, logo discordantes em muitos sentidos e na compreensão que os locais do urbano comportam usos diversos, usos que não serão planejados e nem idealizados (FOUCAULT, 2013). Logo, o conceito de heterotopia vai na contramão da cidade do valor de troca e da cidade que tem como meta satisfazer o capital privado. Leonardo Brandão (2014), trabalha essa interação entre skate e heterotopia em um capítulo de seu livro “Para além do esporte: uma história do skate no Brasil”. Ao confrontar as lógicas do skate esportivo e do skate de rua, Brandão enxerga no skate esportivo a prática mais alinhada com os interesses do capital e do biopoder, e no skate de rua, vê lógicas heterotópicas, que fogem ao enquadramento por ser uma prática que desafia uma noção fixa do que é e se dá nos mais variados locais. Na palavras de Brandão:

A partir do experimentalismo estético/espacial que os skatistas de rua (*street skate*) passaram a realizar a partir da segunda metade da década de 1980, e que certamente não era o posicionamento esperado pelos urbanistas, arquitetos e demais pensadores do urbano, podemos identificar nessa atividade um série de contraposicionamentos *heterotópicos*. De fato, esse novo uso do skate engendrava uma forma de ver e utilizar o espaço que não era previsto nem o aceitável institucionalmente. Pois fazer de um corrimão um obstáculo e não um instrumento de ajuda para apoiar o corpo, usar escadas para saltos e não como um auxílio para se passar de um nível ao outro do pavimento são exemplos concretos, reais e localizáveis de *heterotopias*; isto é, de invenção de outros espaços dentro dos próprios espaços (BRANDÃO, 2014, s/p.).

Brandão ainda acrescenta que o skate, nestas discussões se era esporte ou não e também nas polêmicas ocasionadas pelos usos heterotópicos da prática, não constituiu uma identidade estável para si, o que gerou dificuldades para ser gerido pelo poder público de uma maneira politicamente correta, ocasionando, no limite, a proibição da prática na cidade de São Paulo em 1988 pelo então prefeito Jânio Quadros (BRANDÃO, 2014). Essa identidade não estável e o entendimento que o skate não é algo simples e unilateral, ainda causa desentendimentos com o poder público, que por vezes acha que política pública para skatista é unicamente a construção de pistas.

Feito esta tentativa de mostrar a importância do Anhangabaú como local de vivência para os skatistas e também os vários nuances e pluralidades da prática, partimos então para a discussão da revitalização do Anhangabaú, focando na ação dos skatistas para preservá-lo.

O Anhangabaú para as pessoas... jurídicas

Nesta seção faremos uma reconstrução da trajetória da revitalização do Vale o do movimento encabeçado por skatistas para preservá-lo, o movimento Salve o Vale. Neste esforço usaremos como documentação principal o artigo “Cidade para quais pessoas? Sobre as contradições da reforma do Vale do Anhangabaú” (2022), do já citado Giancarlo Machado, professor universitário que tem como o skate uma de suas principais temáticas, mas que também se atenta à assuntos urbanos mais gerais. E também o já usado neste ensaio, o livro Vale TXT (2020), de Murilo Romão, skatista profissional e um dos porta-vozes do movimento Salve o Vale.

O Vale do Anhangabaú, como dito no início do ensaio, na sua versão mais cara aos skatistas, a desenhada por Rosa Kliass, foi construído no final dos anos 1980 e inaugurada oficialmente no início dos anos 1990, de forma que em 1993, o local apareceria do *Globo*

Esporte como um local que se praticava skate, ou seja, já tinha o reconhecimento da mídia como um local de skate (BRANDÃO, 2014).

Até a inauguração deste Vale, as elites residiam no centro antigo da cidade de São Paulo. Contudo, concomitantemente com o período após a inauguração, as elites vão saindo do centro e indo ocupar outras centralidades que se constituíam na cidade, como a Faria Lima e Berrini (FRÚGOLI JR, 2000.). Com isso, camadas populares começaram a ocupar o centro e se instala um discurso de uma suposta decadência do local (MACHADO, in: ROMÃO, 2020). Esta “decadência” deve ser repensada, pois devemos nos atentar que ela está carregada de ideias higienistas e de preconceitos de classe. O que é certo é que o centro perde sua importância como uma centralidade econômica e os investimentos realmente decaem no local. O que, de certa forma, contribui para a ocupação dos skatistas de rua, já que a prática era, e ainda é em vários sentidos, marginalizada.

Contudo, novas tendências foram surgindo e o interesse pelo centro antigo começou a ser retomado, tanto pelo setor público quanto pelo privado, numa tentativa de retomar a sua antiga centralidade. Machado (2022) utiliza uma série de reportagens intituladas “Privatização da Rua” (DURAN, 2021), do portal digital Repórter Brasil para traçar o crescente interesse em se modificar o Vale do Anhangabaú até a concretização do modelo que lá foi aplicado. O autor localiza a primeira movimentação em 2007, quando a ONG estadunidense Institute for Transportation & Development Policy (ITDP) contratou uma consultoria do escritório de arquitetura dinamarquês Gehl Architects para elaborar um plano de revitalização do Vale. No mesmo ano, o escritório publicou um documento que apresentava um plano que colocava as pessoas na centralidade de uma suposta reforma, saindo um pouco da lógica tradicional paulistana que visava os edifícios e os carros (MACHADO, 2022). Nas palavras de Machado:

A tônica do documento, por consequência, é em prol de uma “cidade reconquistada”, o que seria possível a partir de uma visão holística da qualidade urbana que tivesse como prioridade a acessibilidade a fim de garantir a permanência nos espaços em detrimento da busca unidimensional por mobilidade. O Vale do Anhangabaú, de acordo com a consultoria, poderia se tornar um autêntico equipamento cultural, o que auxiliaria, com efeito, a atrair “a nova economia criativa para a área e encorajar uma interação global (MACHADO, 2022).

A proposta não foi levada adiante, mas voltou a ser discutida novamente em 2013, desta vez dentro do projeto “Centro, Diálogo Aberto”, projeto da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), que tinha como objetivo a discussão e requalificação do

centro da cidade. Machado (2022) nos mostra que, apesar de extensas pretensões de diálogo do programa com especialistas e representantes da sociedade civil, o diálogo de fato foi feito apenas entre grupos fechados e entre pessoas jurídicas, empresas e grandes bancos. Fato importantíssimo nesta discussão é a entrada do Banco Itaú na discussão: poucos meses após a primeira reunião do “Centro, Diálogo Aberto”, a instituição financeira se ofereceu para doar um estudo de reorganização de espaço para o Vale do Anhangabaú, que seria elaborado pela Gehl Architects. O que foi aceito pelas instituições públicas e, poucos dias depois, o Itaú e a SMDU assinaram o termo de doação da quantia de 500 mil euros (MACHADO, 2022). Contudo a palavra doação, quando se trata do setor privado, gera desconfiança. Machado ressalta em seu trabalho o texto oficial desta doação. O trago aqui também:

Por livre e espontânea vontade, o DOADOR, sem coação ou influência de quem quer que seja, faz doação por ato inter vivos à DONATÁRIA, gratuitamente, com a única condição [grifo nosso] de que a DONATÁRIA colabore com as próximas etapas do processo de elaboração do Projeto (...) (Privatização da rua. Disponível em: <<https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/?sc=tl/2013-12-16>>, acesso: em 04/06/2021) (MACHADO, 2022).

Fica claro que a doação só foi feita porque se concordou em seguir os interesses do banco. Ou seja, ela seria cobrada futuramente, de uma maneira ou de outra.

Temos em mente que o projeto, a partir deste momento, seguiria rumos duvidosos, com interesses privados guiando as ações. Mas como isso foi apresentado ao público e a mídia? Manteve-se o tom da Gehl Architects, que norteados pelo urbanista fundador do escritório, Jan Gehl, pregaram a tônica da “cidade para pessoas”. O conceito dialoga com as ideias de Lefebvre (1968) na defesa de uma certa ludicidade da cidade e também com conceitos da urbanista Jane Jacobs e sua influente obra “Morte e vida de grandes cidades” (1961), no sentido de que devemos pensar na escala do humano e não em grandes projetos urbanísticos (MACHADO, 2022).

Machado, apoiado por ideias de Oflíia Arantes, nos alerta para o perigo que estes ideais vêm representando nas cidades de gestões empresarias. Termos como “cidade para pessoas”, “cidade para escala humana”, e até o termo “direito à cidade”, vem sendo cooptados para gerar consensos. Se apresentam projetos com aparentemente este teor, de garantir o acesso à cidade as pessoas, mas que na verdade são propostas neoliberais de trato com a cidade, cujo a única preocupação verdadeira é garantir riquezas para seletos grupos. Seria um “cavalo de tróia” para as cidades, que através de um discurso culturalista, conseguem garantir

interesses econômicos. Seria exatamente o caso da revitalização do Vale do Anhangabaú. Machado é provocativo em seu texto pontuar que o termo “cidade para pessoas”, nestes casos, na verdade significa “cidade para pessoas jurídicas” (MACHADO, 2022).

Gera revolta ao nos depararmos que a população em condições de vulnerabilidade social estava no projeto inicial de 2007 e que elas simplesmente desaparecem das considerações e das políticas no momento que o banco Itaú entra neste jogo.

enquanto o estudo de 2007, encomendado pelo ITDP, identifica como grupo de usuários do Vale do Anhangabaú "comerciantes informais, moradores e crianças de rua e prostitutas", o estudo de 2013, encomendado pelo banco Itaú, não menciona essas populações vulneráveis em nenhum momento, inclusive em nenhum documento produzido até agora pela SMDU e divulgado no site do projeto “Centro, Diálogo Aberto” (Privatização da rua. Disponível em: <https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/?sc=tl/2014-03>, acesso em: 04/06/2021).(MACHADO, 2022)

Apesar de não citados na reportagem, obviamente outro grupo ficou fora das considerações... os skatistas de rua. Grupo que, como demonstrado anteriormente, criou fortes laços com o local. O início das obras em 2019 sem a comunicação ou diálogo com os mesmos gerou grande revolta. Segundo os skatistas, boatos iam e vinham sobre uma suposta reforma no Vale, mas nunca se tinha dado muita importância. Não houve uma articulação anterior ou uma resistência pensada. Porém, no momento que o Vale começou a ser destruído, organizaram uma mobilização histórica, o movimento Salve o Vale.

Murilo Romão, em texto da sua autoria publicado no livro Vale TXT (2020), nos conta os momentos iniciais, quando se deparou que o Vale ia ser de fato destruído:

Nesse momento, parece que um cronômetro foi disparado. Vinham à mente todas as memórias, laços criados, vidas feitas e desfeitas naquele lugar, era como tentar salvar um amigo de longa data que está com os dias contados. Fazer de tudo por ele. Era hora de transformar a tristeza em força e o vazio em tática para reverter aquela situação; o único jeito era mostrar nossa força coletiva, articular com quem fosse possível, espalhar a ideia, mostrar nossa insatisfação. Comecei a pilhar o Formiga [skatista local do Vale e considerado um dos maiores skatistas oriundo de lá] para nos unirmos de verdade. A princípio, ele parecia conformado, mas aos poucos começou a se motivar, se deu conta do que ele e o Vale representavam para a história do skate mundial. Era tempo de comunicar o máximo de pessoas para que soubessem o que estava acontecendo, para que o poder público respeitasse minimamente a história do skate e das vidas presentes naqueles mármores durante tanto tempo (ROMÃO, 2020, p.62).

Assumindo esta tática, os skatistas foram se organizando. Fizeram petição online, vídeos, matérias de jornais, posts em redes sociais e protestos. A petição online foi o que deu nome ao movimento, inclusive. “Salve o Vale” foi colocada no ar por Romão em 6 de junho

de 2019. Em 10 de junho fizeram um protesto em frente à prefeitura municipal de São Paulo junto com outro grupo que se revoltava, o Movimento Estadual da População em Situação Rua de São Paulo. Esta manifestação gerou desdobramentos interessantes. Primeiramente, iniciou o diálogo direto com a prefeitura. Em segundo lugar, mostrou o descompasso entre os skatistas e o poder público. No projeto original de revitalização havia a construção de uma pista de skate nova. Isso, para o poder público, sanaria qualquer atrito com os skatistas, não considerando em nada a memória acumulada e o carinho nutrido pelo local. Como um projeto que se disse inicialmente aberto ao público deixa passar problemáticas como esta e considera de maneira tão simplista uma ocupação e uso de quase 30 anos? Creio que durante esta dissertação exploramos autores e ideias suficientes para responder esta pergunta... A agenda neoliberal de fato só parece ter interesse onde lhe convêm. Klaus Bohms, skatista já citado neste trabalho, desferiu um discurso numa audiência pública em 13/06/2019 na câmara municipal de São Paulo, onde se discutiam as obras no Vale do Anhangabaú e mostra o desrespeito sentido pelos skatistas:

Durante 30 anos, ocupamos e compartilhamos desse espaço com todo tipo de pessoas e situações que se pode encontrar em um lugar esquecido pelo poder público. Demos vida ao Vale e o Vale moldou nossas vidas. O espaço público é a nossa casa, o Vale do Anhangabaú é a nossa sala. E é a nossa escola. E é a nossa história. Nenhum de nós foi sequer comunicado antes da destruição desse lugar. Agora nos resta pedir o mínimo e o óbvio. Não queremos uma pista-padrão; queremos uma obra de arte 'skatável' que homenageie o projeto da arquiteta Rosa Kliass utilizando-se das pedras originais e que tenha caráter de espaço público. Nos confinar em uma pista – um espaço artificial feito somente para skate – é diminuir não só a nossa prática, mas também a função social que exercemos (ROMÃO, 2020, p.98).

Contudo os skatistas mantiveram a postura de resistência: reivindicaram a paralisação das obras, mas como Romão (2020) pondera com certo pesar, não parecia ser possível. Negociaram então uma forma de tentar preservar o Vale que tanto amavam. Em diálogos com a prefeitura, chegaram à Rafael Murilo, arquiteto que trabalhava no setor público.

Eles começaram a entender que não queríamos pista, e sim características de rua, de espaço público, de praça, um lugar bom pro skate, mas também bom pra cidade, um lugar de respiro, de sociabilidade, sem grades, sem usos definidos. Queríamos uso misto, como sempre foi o Vale (ROMÃO, p.73, 2020).

Murilo montou, junto aos skatistas, um memorial ao Anhangabaú, uma espécie de colagem feita com as mesmas pedras que constituíam o Vale de Kliass, que representasse

todas as partes do antigo Vale numa peça só, onde se poderia andar de skate, mas também se constituiria como espaço público de uso misto. O local foi entregue em 2021, antes mesmo da inauguração do Vale como um todo.

Os skatistas assim conseguiram interferir na lógica da cidade do valor de troca e no biopoder que nos condiciona ao trabalho através de suas práticas e resistências heterotópicas. Agiram num projeto que gerou consensos de maneira enganadora e que foi criticado por diversos setores da sociedade. Foi uma vitória, sem dúvidas: se imbricam numa fresta da biopolítica que estava fragilizada dado às contradições que o projeto estava mostrando. Podemos ver o memorial como uma forma que a agenda neoliberal encontrou para mitigar um *gap* de legitimidade, para usar os termos de Alexander Cambraia Nascimento Vaz (VAZ, 2015), pois o projeto contava com participação popular e esta foi quase nula.

Considerações finais

O trabalho aqui desenvolvido foi breve frente à complexidade e importância dos temas trabalhados. Neste esforço, tentamos mostrar que o biopoder e a agenda neoliberal não se preocupa em terraplanar culturas e destruir locais de vivências para especular e aumentar seus lucros. O projeto da mercantilização da cidade está vigente e não temos indícios de uma parada. Contudo, como diria David Harvey, diferentes setores da sociedade podem reivindicar o ordenamento da cidade (HARVEY, 1989). Os neoliberais estão fazendo isso. Mas nós, como sociedade civil e, neste caso, como skatistas, podemos reivindicar este ordenamento também. É uma luta difícil. O biopoder atua ininterruptamente. Mas o Anhangabaú nos mostra que podemos interferir no destino de nossas cidades. Não contemos a luta como vencida. O memorial é uma vitória, mas também uma lembrança que a democracia se faz ativamente, todos os dias. Lutemos e caminhemos todos os dias em nossas heterotopias, ressignificando cada passo, ou cada remada em cima de nossos skates, na direção do direito à cidade de Lefebvre, onde a cidade possa ser cidade, logo cheia de conflitos, não nos enganemos. Mas que cada um possa exercer o seu direito de significar a sua própria vida e de dialogar com todos, sem restrições e sem sermos meros espectadores do show das classes dominantes.

Referências

BERTOLINI, Jeferson. O conceito de Biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos. **SABERES**, Natal RN, v. 18, n. 3, Dezembro, 2018, 86-100.

BRANDÃO, Leonardo. **Para além do esporte**: uma história do skate no Brasil. Blumenau : Edifurb, 2014

DURAN, Sabrina. “Linha do tempo – Privatização da rua”. **Repórter Brasil**. Colaboração de Fabrício Muriana e Marcela Biagigo. Disponível em: <https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br>, consultado em 04/06/2021.

_____. Dados abertos – Privatização da Rua. **Repórter Brasil**. Colaboração de Fabrício Muriana e Marcela Biagigo. Disponível em: <https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/s.php?page=dadosabertos> acesso em 04/06/2021.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. N-1 edições. 2013.

_____. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978 -1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRÚGOLI JR., Heitor. (2000), **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo, Cortez/Edusp.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento**: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Geografiska Annaler*, p.3-17. 1989.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2007. 1961.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 144 p. 1968

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. De “carrinho” pela cidade: a prática do street skate em São Paulo. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2014..

MACHADO, G. M. C. Cidade para quais pessoas? Sobre as contradições da reforma do Vale do Anhangabaú . **Tempo Social**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 153-174, 2022. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.190441. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/190441>. Acesso em: 2 dez. 2022.

ROMÃO, Murilo. **Vale TXT**; organizado por Douglas Prieto; projeto gráfico de Daniel Justi. São Paulo : Flanantes, 2020.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo : Companhia das Letras, 1992.

SIERRA, Vânia Morales; MESQUITA, Wania Amélia Belchior. **A democracia no espaço:** uma revisão dos conceitos de Isaac Joseph. *Os Urbanistas: Revista de Antropologia Urbana*. Vol.6, n° 9, outubro de 2009.

VAZ, Alexander Cambraia Nascimento. **Planejamento Brasil século XXI:** inovação institucional e refundação administrativa : elementos para o pensar e o agir / organizador: José Celso Cardoso Jr. – Brasília: IPEA, 2015. 399 p. : il., gráfs. color. – (Pensamento estratégico, planejamento governamental & desenvolvimento no Brasil contemporâneo ; Livro 4).

Artigo submetido em: 04 de novembro de 2022.

Artigo aceito em: 15 de dezembro de 2022.